

J.16 – OFÍCIOS “S” (OFS)

Assuntos em Ofícios "S" - OFS	Dispositivos legais	Tramitaram na 1ª SL Ordinária da 53ª Legislatura		
		De anos anteriores	De 2007	Total
1 - Autorização p/ operação ext. de natureza financeira	Constituição Federal, art. 52, V	2	0	2
2 - Suspensão de execução de lei inconstitucional	Constituição Federal, art. 52, X	76	4	80
3 - Irregularidades em operações de crédito	-	1	0	1
4 - Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Constituição Federal, art. 103-B	0	14	14
5 - Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	Constituição Federal, art. 103-A	0	12	12
6 - Outros assuntos	-	19	26	45
Total		98	56	154

1 - Autorização para operação externa de natureza financeira	
Pendentes de apreciação ao início do período	2
Apresentados	0
Transformados em Projetos de Resolução	1
Apreciados	1
Pendentes de apreciação ao final do período	1

2 - Suspensão de execução de lei inconstitucional	
Pendentes de apreciação ao início do período	76
Apresentados	4
Transformados em Projetos de Resolução	20
Arquivados	26
Apreciados	46
Pendentes de apreciação ao final do período	34

Obs: Constatou-se no Relatório de 2006, na súmula de Ofícios "S" (OFS) - Suspensão de execução de lei inconstitucional" 1 (um) pertencente a "Outros Assuntos" (OFS 4/2006). Disso resultou, na respectiva súmula, o total de 77 OFS daquela espécie, pendentes de apreciação, a serem transportados ao ano de 2007, em vez do total de 76, ora publicado.

3 - Irregularidades em operações de crédito	
Pendentes de apreciação ao início do período	1
Apresentados	0
Arquivado	1
Apreciados	1
Pendentes de apreciação ao final do período	0

4 - Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	
Pendentes de apreciação ao início do período	0
Apresentados	14
Aprovadas	14
Apreciados	14
Pendentes de apreciação ao final do período	0

5 - Indicação de membro do Conselho Nacional do Ministério Público	
Pendentes de apreciação ao início do período	0
Apresentados	12
Aprovadas	12
Apreciados	12
Pendentes de apreciação ao final do período	0

6 - Outros assuntos	
Pendentes de apreciação ao início do período	19
Apresentados	26
Arquivados	16
Apreciados	16
Pendentes de apreciação ao final do período	29

Obs: Constou no Relatório de 2006, na súmula de Ofícios "S" (OFS) - Suspensão de execução de lei inconstitucional" 1 (um) pertencente a "Outros Assuntos" (OFS 4/2006). Disso resultou, na respectiva súmula, o total de 18 OFS daquela espécie, pendentes de apreciação, a serem transportados ao ano de 2007, em vez do total de 19, ora publicado.

J.16.1 - Ofícios "S" (OFS) de anos anteriores

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
7/1983	13/1983	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias das notas taquigraficas e do acórdão proferido por aquele Tribunal nos autos do Recurso Extraordinário 97250-1, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da expressão 'maçã e', constante da alínea 'e' do inciso XV, do artigo quinto, do regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto 5410, de 30 de dezembro de 1974, do Estado de São Paulo, na redação dada pelo artigo primeiro, inciso i, do Decreto 14737, de 15 de fevereiro de 1980, do mesmo Estado.	Tramitando	
59/1990	149/1990	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando resultado da sessão plenária, realizada dia 21 de novembro de 1990, em que aquela Corte julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 41-1.	Tramitando	
5/1993	35/1993	1-Autorização p/ operação externa de natureza financeira	Do Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra (MG), para contratar operação de crédito no valor de CR\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), a preços de setembro de 1992, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG.	Tramitando	
30/1996	75/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição, parecer do Ministério Público e cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina.	Tramitando	
31/1996	89/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição, parecer do Ministério Público e cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 364-4/320, do Estado de Santa Catarina.	Arquivado	
32/1996	86/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição, parecer do Ministério Público e cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 292-3/320 (Apelação Cível 44.294 - TJ/SC), do Estado de Santa Catarina.	Arquivado	
54/1996	99/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido nos autos do Recurso Extraordinário 375-0/320, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. segundo e terceiro da Lei 6747, de 03 de maio de 1986.	Arquivado	
56/1996	98/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do Acórdão transitado em julgado, proferido no Recurso Extraordinário 170672-8/212, do parecer da Procuradoria-Geral da República, emitido nos mesmos autos e do artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Pernambuco.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 1/2007 Resolução nº 2, de 15/02/2007	
57/1996	102/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 381-4/320, do parecer do Ministério Público Estadual, emitido nos mesmos autos e das Leis Estaduais 7.588, de 26 de maio de 1989 e 7.802, de 21 de novembro de 1989, cujos artigos segundo e décimo, respectivamente, foram declarados inconstitucionais.	Arquivado	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
58/1996	105/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 283-6/320 e do Parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmo autos.	Arquivado	
62/1996	113/1996	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 299-L/320, reprografia das Leis nºs 7.588 de 1989 e 7.802, ambas do Estado de Santa Catarina, e do Parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos.	Arquivado	
31/1997	22/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, que declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão "correspondente ao período-base de 1989", com relação ao inciso II do art. 1º da Lei nº 7.988, de 1989.	Tramitando	
44/1997	90/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II; do art. 87, caput e incisos I e II; e do art. 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 1966, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.	Arquivado	
65/1997	150/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 194036, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1990, do Município de Santo André - SP.	Tramitando	
74/1997	152/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 191648/97, que declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1989, do Estado de São Paulo.	Arquivado	
99/1997	206/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 74761, que declarou a inconstitucionalidade da expressão "absoluta de seus membros", constante do caput do art. 181 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.	Arquivado	
101/1997	205/1997	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Arquivado	
22/1998	55/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando	
31/1998	66/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 8118, de 30.12.85, bem como do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 209714, que declarou a inconstitucionalidade do art. 20, II, da referida Lei.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 60/2007 Resolução nº 21, de 25/10/2007	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
73/1998	133/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 190363, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12.04.90 (ISOF sobre operações com ouro).	Tramitando	
77/1998	182/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do texto das Leis Complementares Municipais nºs 7/73 e 212/89, da versão do registro taquigráfico do julgamento, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 179273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º, § 1º, I, alíneas "a" a "f", da Lei Complementar Municipal nº 7, de 7.12.73, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 212, de 1989, ambas do Município de Porto Alegre-RS.	Tramitando	
79/1998	221/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, e do Decreto nº 28.313, de 4 de abril de 1988, ambos do Estado de São Paulo, bem como da certidão de trânsito em julgado do acórdão, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 157905, que declarou a inconstitucionalidade do § 4º do art. 32 do referido Regulamento.	Arquivado	
81/1998	224/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, bem como do parecer da Procuradoria-Geral, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão e da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 187142, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, dos arts. 25, 27 e parágrafos do referido Ato das Disposições Transitórias (inclusive questão de ordem levantada pelo Presidente, Ministro Moreira Mendes, que decidiu que "a decisão tomada, como a presente, em recurso extraordinário interposto em ação direta de inconstitucionalidade estadual tem eficácia 'erga omnes', por se tratar de controle concentrado).	Arquivado	
1/1999	253/1998	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 6.545, de 2.6.91, do Município de Campinas (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 199517, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei.	Tramitando	
7/1999	11/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991, do Estado do Rio de Janeiro, do parecer da Procuradoria Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 171078, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei estadual.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 70/2007 Resolução nº 27, de 29/11/2007	
13/1999	37/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8.1.91, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 7º da referida Lei.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
25/1999	93/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia das Leis nºs 6.556, de 30 de novembro de 1989; 7.003, de 27 de dezembro de 1990; 7.646, de 26 de dezembro de 1991; e 8.207, de 30 de dezembro de 1992, todas do Estado de São Paulo, das certidões de trânsito em julgado dos acórdãos preferidos por aquela Corte; do Parecer do Ministério Público Federal, bem como das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos do Recurso Extraordinário nº 188.443, e respectivos embargos declaratórios, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º a 9º da Lei nº 6.556, de 1989, e das demais leis supracitadas (imposto: vinculação a órgão, fundo ou despesa).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 29/2007 Resolução nº 7, de 21/06/2007	
26/1999	102/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflamma-SP, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem como da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 118.585, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei (vício formal quanto à iniciativa da lei).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 52/2007 Resolução nº 12, de 28/09/2007	
46/1999	121/1999	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos acórdãos proferidos por essa Corte, no Recurso Extraordinário nº 199.281-6, que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, na parte que alterou a redação dos arts. 7º e 27 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação que lhes foi conferida pelas Leis nºs 10.394, de 20 de novembro de 1987; 10.805, de 27 de dezembro de 1989; e 10.921, de 30 de dezembro de 1990, todas do Município de São Paulo (IPTU progressivo - violação do princípio da isonomia tributária), bem como cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.	Arquivado	
9/2000	153/2000	6-Outros assuntos	Da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, encaminhando cópia de propositura e sugerindo estudos no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando	
21/2000	44/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: "mensal", "em cada ano" e "vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem".	Tramitando	
23/2000	52/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 517, que declarou a inconstitucionalidade, do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.	Arquivado	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
37/2000	59/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 5.803, de 4 de setembro de 1990, do Município de Ribeirão Preto - SP, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 237965, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º, da referida lei municipal, que estabelece horário para funcionamento de farmácias e drogarias.	Arquivado	
41/2000	9/2000	6-Outros assuntos	Da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, encaminhando, nos termos do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Relatório referente ao período de agosto de 1999 a março do corrente ano.	Tramitando	
42/2000	83/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 232467, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do art. 1º da referida Lei (incidência do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF em saques de caderneta de poupança).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 71/2007 Resolução nº 28, de 29/11/2007	
48/2000	6889/2000	6-Outros assuntos	Do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminhando informações sobre providências adotadas por esse Tribunal, em cumprimento às sugestões e determinações da CPI do Senado Federal, instalada para apurar irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos ("CPI dos Títulos Públicos").	Tramitando	
49/2000	164/2000	6-Outros assuntos	Da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, recomendando a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de quatorze anos.	Tramitando	
51/2000	291/2000	6-Outros assuntos	Da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, encaminhando informações sobre as providências adotadas pelo Ministério Público desse Estado em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 ("CPI dos Títulos Públicos").	Tramitando	
52/2000	123/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal, em sua publicação no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998 (amortização de dívidas com o INSS).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 98/2007	
55/2000	825/2000	6-Outros assuntos	Do Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, encaminhando cópia da Decisão nº 1.830, de 1997, daquela Corte, bem como dos seus fundamentos, em resposta a Ofícios desta Casa, que solicitaram informações sobre as providências adotadas por aquele Tribunal em cumprimento às determinações e sugestões contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
62/2000	150/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Medida Provisória nº 1.577/97, reeditada até a Medida Provisória nº 2.027-39, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 23562, que declarou a inconstitucionalidade da alteração introduzida no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 15/2007 Resolução nº 4, de 17/04/2007	
63/2000	151/2000	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247866, que declarou a inconstitucionalidade no art. 14 da referida Lei da expressão "em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 61/2007 Resolução nº 19, de 25/10/2007	
1/2001	3/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 183906, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º a 9º da Lei nº 6.556, de 30 de novembro de 1989, e nos embargos de declaração a ele opostos, que estenderam a inconstitucionalidade aos artigos 1º a 5º da Lei nº 7.003, de 27 de dezembro de 1990, ambas do Estado de São Paulo (recursos do ICMS).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 29/2007 Resolução nº 7, de 21/06/2007	
2/2001	4/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 77724, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 9.639, de 26 de maio de 1998 (amortização e parcelamento de dívidas com o INSS).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 98/2007	
4/2001	11/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos Pareceres da Procuradoria-Geral da República, cópia das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos das Ações Originárias nºs 526 e 512, que declararam a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do artigo 1º, e, na totalidade, do artigo 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (gratificação de férias para magistrados).	Arquivado	
7/2001	5202/2001	6-Outros assuntos	Do Banco Central do Brasil, colocando-se à disposição do Senado Federal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, para prestar os esclarecimentos necessários, em data considerada oportuna por essa Casa, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.	Tramitando	
24/2001	104/2001	6-Outros assuntos	Do Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópia do trabalho jurídico intitulado "A Reforma in Pejus do Código de Processo Penal - O Perigo Iminente de Prescrição ou da Impunidade - A Sociedade em Perigo Virtual", referente a artigos da reforma do processo penal.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
27/2001	75/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 192527, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea b do inciso XXIII do art. 52, da Lei Complementar nº 1, de 1990, Lei Orgânica do Município de Antonina, Estado do Paraná, na redação dada pela Emenda nº 7, de 1992, do referido Município (julgamento de Prefeito - invasão da competência do Tribunal de Justiça pela Câmara Municipal).	Tramitando	
38/2001	96/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso nº 229450, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do art. 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (assegura a concursado o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da homologação do resultado).	Arquivado	
39/2001	110/2001	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174184, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC).	Arquivado	
5/2002	6/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 118, de 12 de dezembro de 1990, do Município de Novo Hamburgo - RS, da versão do registro taquigráfico, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225132, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei complementar municipal, que deu nova redação ao art. 15 da Lei nº 48, de 20 de dezembro de 1973 (progressividade do IPTU), comunicando que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República para emissão de parecer.	Tramitando	
6/2002	8/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Estadual nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 516, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da referida Lei (gratificação de férias dos membros do Ministério Público)	Tramitando	
7/2002	7/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 3.931, de 10 de outubro de 1991, e da Lei nº 4.196, de 14 de dezembro de 1992, que deram nova redação ao art. 15 da Lei nº 2.210, de 27 de dezembro de 1977, todas do Município de Guarulhos/SP, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 229164, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 3.931, de 1991, e do art. 1º da Lei nº 4.196, de 1992 (progressividade do IPTU), esclarecendo que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
12/2002	74/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264350, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º, 4º, 5º e 6º da referida Lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo própria de imposto).	Arquivado	
13/2002	75/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 259889, que declarou a inconstitucionalidade dos arts 3º, 4º, 5º e 6º da referida lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo própria de imposto).	Arquivado	
20/2002	4559/2002	6-Outros assuntos	Da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída naquela Casa legislativa, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis naquele Estado.	Tramitando	
24/2002	100/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 37, de 1998, do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 293536, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei municipal (cobrança de Taxa de Conservação e Manutenção das Vias Públicas).	Tramitando	
25/2002	191/2002	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 7.428, de 1994, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539, do Município de Porto Alegre; do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 251238 em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da referida Lei Municipal (reajuste de vencimentos/salários vinculado a indexador futuro constitui ofensa ao princípio da autonomia municipal).	Arquivado	
9/2003	116/2003	6-Outros assuntos	Do Supremo Tribunal Federal, dando conhecimento ao Senado Federal de ofício encaminhado aos Governadores dos Estados, solicitando providências no sentido de que seja preservada a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, tendo em vista os recentes assassinatos de membros do Poder Judiciário em São Paulo e no Espírito Santo.	Tramitando	
12/2003	71/2003	1-Autorização p/ operação externa de natureza financeira	Do Governo do Estado de Rondônia, de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal o termo aditivo da rratificação do contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos, celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, e Estado de Rondônia S.A. e o Rondônia Crédito Imobiliário S.A., com interveniência do Banco do Brasil, para as ressalvas legais necessárias em sua resolução autorizativa.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado (PRS 93/2007) Resolução nº 34, de 19/12/2007	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
13/2003	95/2003	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 72.718, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 17 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - competência da Comissão Representativa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para conhecer pedido de licença para processar deputados e sobre ele deliberar.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 16/2007 Resolução nº 5, de 17/04/2007	
16/2003	110/2003	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 788, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo mensal, constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (concede aos Magistrados gratificação de férias).	Arquivado	
20/2003	120/2003	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 190264, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. (assegura aos classificados em concurso público, dentro das vagas fixadas em edital, o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da homologação do resultado)	Arquivado	
23/2003	122/2003	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Cível nº 621, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo (dispõe sobre a desvinculação do Estado de São Paulo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Paspes, e dá outras providências.	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 72/2007 Resolução nº 29, de 29/11/2007	
29/2003	144/2003	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão, bem como do Parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado, proferidos nos autos do Recurso Extraordinário nº 158834, que declarou a inconstitucionalidade da expressão "...ou a integração no ativo fixo de mercadoria produzida pelo próprio estabelecimento...", contida no inciso II do § 1º do artigo 2º do Convênio ICM nº 66/88, e da expressão "...ou a integração no ativo fixo, de mercadoria... produzida pelo próprio estabelecimento.", contida no item 2 do § 1º do artigo 2º da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo (dispõem sobre o ICMS).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 51/2007 Resolução nº 11, de 28/09/2007	
2/2004	22/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 258.980, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º e da expressão "...retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995.", constante do art. 7º da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo (reajusta os vencimentos e os salários do funcionalismo municipal).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 62/2007 Resolução nº 20, de 25/10/2007	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
8/2004	88/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 197917, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 6º da Lei Orgânica nº 226, de 31 de março de 1990, do Município de Mira Estrela, Estado de São Paulo (fixa o número de vereadores do Município).	Tramitando	
9/2004	-	6-Outros assuntos	Comunicação da Presidência do Senado, encaminhando a proposta de "Critérios para as transmissões ao vivo pela TV Senado" a todos os senhores Senadores e Presidentes das Comissões Permanentes e Subcomissões.	Arquivado	
10/2004	96/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 266994, que declarou a inconstitucionalidade da Emenda nº 1/95 à Lei Orgânica do Município de Teodoro Sampaio/SP (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
11/2004	97/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 273844, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Alto Alegre/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
12/2004	99/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 276546, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 10 da Lei Orgânica do Município de Palmeira D'Oeste/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
13/2004	98/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 282606, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Glicério/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
14/2004	95/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274384, que declarou a inconstitucionalidade do art. 14 da Lei Orgânica do Município de Guararapes/SP, de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
15/2004	106/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 199522, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Pontes Gestal, Estado de São Paulo (fixa o número de Vereadores).	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
16/2004	107/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 300343, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 25 de fevereiro de 1992 (fixa o número de Vereadores).	Tramitando	
25/2004	129/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 255858, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º e da expressão "retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995" do art. 7º, da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo (reajuste salarial de servidores públicos do Município de São Paulo, referente ao mês de fevereiro de 1995).	Tramitando	
27/2004	145/2004	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da legislação, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 274048, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Ibitinga/SP, de 5 de abril de 1990, e do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Tabatinga/SP, de 3 de abril de 1990 (fixa o número de vereadores).	Tramitando	
1/2005	561/2004	3-Irregularidades em operações de crédito	Do Ministério da Fazenda, comunicando que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5.2.2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.	Arquivado	
4/2005	215/2004	6-Outros assuntos	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça, encaminhando o Relatório elaborado por ocasião da Reunião comemorativa dos 80 anos da criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais, realizada nos dias 8 e 9 de novembro de 2004, em Brasília. O referido Relatório apresenta a situação descrita por cada Estado da Federação e ressalta a necessidade de uma implementação efetiva dos Conselhos de Comunidade e dos Patronatos para atender à determinação da Lei nº 7.210, de 1984.	Tramitando	
5/2005	105/2004	6-Outros assuntos	Do Conselho de Comunicação Social, encaminhando a Recomendação nº 1, de 2004, daquele Conselho, que relata problemas identificados na constituição de empresas, no mercado e na regulamentação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura por Satélite (DHT).	Tramitando	
6/2005	5/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da legislação referente aos autos do Recurso Extraordinário nº 400780, que declarou a inconstitucionalidade do art. 17 da Lei nº 1.354, de 22 de dezembro de 1979, com a redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 22 de dezembro de 1996, ambas do Município de Maringá, Estado do Paraná (taxas decorrentes do poder de polícia).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 67/2007 Resolução nº 25, de 19/11/2007	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
10/2005	30/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios).	Tramitando	
41/2005	69/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 413782, que declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do caput e do § 1º do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 1989, do Estado de Santa Catarina (proíbe a impressão de documentos fiscais para as empresas em débito com a Fazenda Estadual).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 69/2007 Resolução nº 26, de 29/11/2007	
42/2005	1.508/2005	6-Outros assuntos	Do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Agravo de Instrumento nº 2004.002.16151 nos autos da Ação Popular nº 2000.00134.370, onde se discute a exibição de provas que representam invasão de escrita e de documentação contábil da parte adversa.	Tramitando	
44/2005	93/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 66/2007 Resolução nº 24, de 19/11/2007	
45/2005	94/2005	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo).	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 66/2007 Resolução nº 24, de 19/11/2007	
1/2006	5/2006	6-Outros assuntos	Do Senador Demóstenes Torres, encaminhando documentação sobre contrato de locação firmado em 08 de setembro de 2005, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a empresa "Irmãos Sarkis", tendo como objeto imóvel situado em Brasília.	Arquivado	
2/2006	21/2006	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste (CPI - Extermínio no Nordeste).	Tramitando	
4/2006	10/2006	6-Outros assuntos	Da Deputada Federal Sandra Batista, encaminhando abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que "aprova o regulamento do serviço telefônico comutado".	Tramitando	1
8/2006	-	6-Outros assuntos	Do Sr. Perly Cipriano, encaminhando deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006.	Tramitando	

¹ Constatou no Relatório de 2006 classificado como "suspensão de execução de lei inconstitucional".

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
9/2006	64/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento da Lei nº 10.424, de 24 de abril de 1990, do Estado de Pernambuco (reajuste mensal automático dos vencimentos dos salários do Poder Judiciário), da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 269169, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei.	Arquivado	
10/2006	74/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, dos pareceres do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 85056, referentes à declaração incidental da inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (impedimento do juiz prolator da sentença para integrar a turma julgadora).	Tramitando	
11/2006	71/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
12/2006	72/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
13/2006	73/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	
14/2006	75/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	Tramitando	
16/2006	87/2006	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os efeitos ao art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Tramitando	

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Situação	OBS
17/2006	678/2006	6-Outros assuntos	Da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, encaminhando, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada.	Arquivado	

J.16.2 - Ofícios "S" (OFS) de 2007

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
1/2007	408/2007	6-Outros assuntos	Do Senhor Tarso Genro, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.	05/02/2007	Tramitando
2/2007	5/2006	6-Outros assuntos	Do Sr. Cláudio José Marinho Lúcio, Secretário de Planejamento e Presidente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Pernambuco - GPE, informando que, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o Governo do Estado de Pernambuco procedeu licitação para a exploração, mediante concessão patrocinada, da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva e encaminha informações e documentos atinentes ao referido procedimento.	05/02/2007	Arquivado
3/2007	-	6-Outros assuntos	Do Sr. Everson Robles e outros, encaminha ao Congresso Nacional declaração de composição social e alterações societárias ocorridas na empresa jornalística "Diário do Grande ABC S/A".	05/02/2007	Arquivado
4/2007	47/2006	6-Outros assuntos	Do Senhor Elio Rusch, Deputado Estadual e Presidente da Comissão Especial das Invasões de Fazendas do Oeste do Paraná, encaminhando cópia do Relatório Final da referida Comissão, onde consta sugestão de "modificação legislativa na redação da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a fim de também incluir o arrendamento rural pelo prazo de 20 (vinte) anos no objeto das parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública".	05/02/2007	Arquivado
5/2007	-	6-Outros assuntos	Primeira Reunião Preparatória para posse dos Senadores eleitos para mandato na 52ª e 53ª Legislaturas e Segunda e Terceira Reuniões Preparatórias para eleição do Presidente do Senado Federal e os demais membros da Mesa do Senado Federal para o biênio 2007/2008, realizadas em 1º fevereiro de 2007.	01/02/2007	Arquivado
6/2007	348/2007	6-Outros assuntos	Do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referentes ao ano de 2006	26/03/2007	Arquivado
7/2007	63/2007	6-Outros assuntos	Do Senador Alfredo Nascimento, informando que estará assumindo o cargo de Ministro de Estado dos Transportes, a partir do dia 29 de março de 2007, conforme publicação de sua nomeação no Diário Oficial da União. (Página nº 61-A do DOU de 29/03/2007, Seção 1, edição extra)	29/03/2007	Arquivado
8/2007	50/2007	6-Outros assuntos	Do Ministério do Meio Ambiente, encaminhando o primeiro Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.	23/04/2007	Arquivado

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
9/2007	197/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Ministro Cesar Asfor Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de membro e, assim, exercer a função de Ministro-Corregedor.	08/05/2007	Aprovada a indicação
10/2007	197/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Dr. Mairan Gonçalves Maia Júnior, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	08/05/2007	Aprovada a indicação
11/2007	197/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Dr. Jorge Antonio Maurique, Juiz Federal da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	08/05/2007	Aprovada a indicação
12/2007	197/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Superior Tribunal de Justiça, comunicando a indicação do Dr. Paulo de Freitas Barata, Juiz do Tribunal Regional Federal de 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.	08/05/2007	Aprovada a indicação
13/2007	1/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, comunicando a indicação do Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público referente ao biênio 2007/2009.	08/05/2007	Aprovada a indicação
14/2007	1/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, comunicando a indicação do Dr. Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público referente ao biênio 2007/2009.	08/05/2007	Aprovada a indicação
15/2007	1/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, comunicando a indicação do Dr. Sandro José Neis, Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público referente ao biênio 2007/2009.	08/05/2007	Aprovada a indicação
16/2007	73/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura de Goiânia/GO, solicitando providências visando à alteração da Resolução nº 40, de 2006, do Senado Federal, que prorrogou prazos constantes da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.	08/05/2007	Tramitando
17/2007	97/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Juiz Altino Pedrozo dos Santos, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	15/05/2007	Aprovada a indicação
18/2007	97/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Juiz Antônio Umberto de Souza Júnior, Titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	15/05/2007	Aprovada a indicação
19/2007	97/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Ministro Gelson de Azevedo, do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	15/05/2007	Aprovada a indicação
20/2007	94/2007	6-Outros assuntos	Do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sobre questão referente à legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril do corrente.	18/05/2007	Arquivado

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
21/2007	261/2007	6-Outros assuntos	Do Procurador da República no Estado do Pará sobre questão referente a legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral da Aneel em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril do corrente.	18/05/2007	Arquivado
22/2007	-	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Dos Líderes no Senado Federal, comunicando a indicação do Dr. Alberto Machado Cascais Meleiro, em recondução, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Senado Federal, no biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
23/2007	-	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Dos Líderes no Senado Federal, comunicando a indicação do Dr. Joaquim Falcão, em recondução, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, no biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
24/2007	-	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, comunicando a indicação do Dr. Ernando Uchoa Lima, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
25/2007	-	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, comunicando a indicação do Dr. Sérgio Alberto Frazão do Couto, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público referente, referente ao biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
26/2007	-	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, comunicando a indicação do Dr. Paulo Luiz Netto Lobo, para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
27/2007	-	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, comunicando a indicação do Dr. Tércio Lins e Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	21/05/2007	Aprovada a indicação
28/2007	41/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Supremo Tribunal Federal, comunicando a indicação do Desembargador Rui Stoco para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	22/05/2007	Aprovada a indicação
29/2007	41/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Supremo Tribunal Federal, comunicando a indicação da Juíza de 1º grau de jurisdição Andréa Maciel Pachá para compor o Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	22/05/2007	Aprovada a indicação
30/2007	512/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Ministério Público da União, comunicando a indicação do Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	22/05/2007	Aprovada a indicação
31/2007	512/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Ministério Público da União, comunicando a indicação da Dra. Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Subprocuradora-Geral do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	22/05/2007	Aprovada a indicação
32/2007	512/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Ministério Público da União, comunicando a indicação do Dr. Osmar Machado Fernandes, Procurador da Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	22/05/2007	Aprovada a indicação

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
33/2007	512/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Ministério Público da União, comunicando a indicação do Dr. Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	22/05/2007	Aprovada a indicação
34/2007	42/2007	5-Indicação de membro do Cons. Nac. do Min. Público	Do Supremo Tribunal Federal, comunicando a indicação do Juiz Federal Fernando Quadros da Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2007/2009.	04/06/2007	Aprovada a indicação
35/2007	547/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Conselho Nacional de Justiça, comunicando a indicação do Dr. José Adonis Callou de Araújo Sá, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para compor Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	04/06/2007	Aprovada a indicação
36/2007	547/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Conselho Nacional de Justiça, comunicando a indicação do Dr. Felipe Locke Cavalcanti, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para compor Conselho Nacional de Justiça, referente ao biênio 2007/2009.	04/06/2007	Aprovada a indicação
37/2007	18/2007	6-Outros assuntos	Do Governo do Estado do Paraná, encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União - Ministério da Fazenda - PGFN, e da Declaração de Apoio firmado pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.	02/07/2007	Tramitando
38/2007	238/2007	6-Outros assuntos	Da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, encaminhando Proposta de Reforma Tributária elaborada por aquela entidade.	02/08/2007	Tramitando
39/2007	669/2007	6-Outros assuntos	Do Ministério Público do Trabalho, encaminhando Relatório de Atuação Conjunta e Integrada do Ministério Público na Questão dos Controladores de Tráfego Aéreo, elaborado pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.	02/08/2007	Arquivado
40/2007	76/2007	6-Outros assuntos	Do Senador José Agripino, comunicando ao Presidente do Senado Federal que o Partido da Frente Liberal -PFL passou a denominar-se DEMOCRATAS, de acordo com a Convenção Nacional realizada em 28 de março de 2007, em Brasília, e arquivados seus atos constitutivos no Tribunal Superior Eleitoral, na forma da legislação em vigor.	02/08/2007	Arquivado
41/2007	913/2007	6-Outros assuntos	Do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão de Imperatriz/MA - Sindijori, noticiando possíveis irregularidades na concessão pública para exploração de radiodifusão pela Rádio Curimã/TV Difusora (repetidora do SBT).	09/08/2007	Tramitando
42/2007	1183/2007	6-Outros assuntos	Do Supremo Tribunal Federal, comunicando o deferimento de pedido de medida cautelar formulado, ad referendum do Plenário e até o julgamento final, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.929.	06/08/2007	Arquivado
43/2007	526/2007	6-Outros assuntos	Do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional, solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, Estado do Acre.	09/08/2007	Tramitando

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
44/2007	81/2007	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos pareceres da Procuradoria-Geral da República, da versão dos registros taquigráficos do julgamento, da legislação questionada, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos dos Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumento n°s 398933 e 408914, que declararam a inconstitucionalidade do art. 250 do Decreto-Lei n° 5, de 15 de março de 1975, com as redações dadas pelas Leis n°s 3.188 e 3.344, de 22 e 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro (recurso administrativo - depósito prévio).	29/08/2007	Transformado em Projeto de Resolução do Senado PRS 73/2007 Resolução n° 30, de 29/11/2007
45/2007	80/2007	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos pareceres da Procuradoria-Geral da República, da versão dos registros taquigráficos do julgamento, da legislação questionada, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos dos Agravos Regimentais nos Agravos de Instrumento n°s 398933 e 408914, que declararam a inconstitucionalidade do art. 250 do Decreto-Lei n° 5, de 15 de março de 1975, com as redações dadas pelas Leis n°s 3.188 e 3.344, de 22 e 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro (recurso administrativo - depósito prévio).	29/08/2007	Tramitando
46/2007	1032/2007	6-Outros assuntos	Do Banco do Brasil, encaminhando as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.	30/08/2007	Tramitando
47/2007	323/2007	6-Outros assuntos	Da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Acre, subscrito pelo Juiz Federal Substituto em exercício na 3ª Vara daquela Corte, encaminhando cópia das decisões proferidas nas Ações Penais n°s 2007.30.00.001272-2 e 2007.30.00.002318-7, movidas pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.	13/09/2007	Tramitando
48/2007	324/2007	6-Outros assuntos	Da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Acre, subscrito pelo Juiz Federal Substituto em exercício na 3ª Vara daquela Corte, encaminhando cópia das decisões proferidas nas Ações Penais n°s 2007.30.00.001272-2 e 2007.30.00.002318-7, movidas pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.	13/09/2007	Tramitando
49/2007	85/2007	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 426059, publicado no Diário da Justiça de 23 de setembro de 2005, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do § 6º do artigo 1º da Lei n° 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (base de cálculo da gratificação complementar de vencimento não inferior ao salário mínimo).	05/09/2007	Arquivado

(OFS) Número	Número na Origem	Espécie	Assunto	Leitura/Data	Situação
50/2007	99/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhando ao Senado Federal o relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (Jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará - Projeto Alvorada.	05/09/2007	Tramitando
51/2007	74/2007	2-Suspensão de execução de lei inconstitucional	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da legislação questionada, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 388359, que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação dada pelo art. 32 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, originária da Medida Provisória nº 1.863-51/1999 e reedições (arrolamento de bens em recurso voluntário no processo administrativo fiscal).	13/09/2007	Arquivado
52/2007	105/2007	4-Indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça	Do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal.	11/09/2007	Aprovada a indicação
53/2007	554/2007	6-Outros assuntos	Da Prefeitura de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas.	27/09/2007	Tramitando
54/2007	7.860/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no âmbito daquela Casa legislativa, para investigar irregularidades praticadas por distribuidoras e corretoras de valores e câmbio.	23/11/2007	Tramitando
55/2007	2.006/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (Vôo 1907), e um jato Legacy, da América Excelaire, com mais de uma centena de vítima (CPI - Crise do Sistema de Tráfego Aéreo).	07/12/2007	Tramitando
56/2007	728/2007	6-Outros assuntos	Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando ao Senado Federal cópia do Ofício 253, de 13/11/2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008.	19/12/2007	Tramitando